

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Governo estabelece políticas para as mulheres

15/03/2011

Com a ascensão da primeira mulher à presidência do Brasil, o debate social e político sobre as mulheres brasileiras, ganha prioridade e evidência. Hoje, o foco do governo federal trata da inclusão de mulheres no mercado de trabalho, um dos grandes desafios das últimas décadas. A ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, afirmou hoje (16) que esta é realmente a prioridade do governo federal.

Iriny lembrou que as mulheres representam a maioria da população brasileira, além de serem bem qualificadas profissionalmente. No entanto, segundo ela, as mulheres são maioria no mercado informal, ainda recebem um salário inferior ao dos homens para exercer uma mesma função e só representam 19% dos postos de comando e de direção em empresas.

“Precisamos muito mesmo do Congresso Nacional. Temos uma legislação já pronta para ser votada, que cria as condições de igualdade no mundo do trabalho”, disse Iriny, ao participar do programa Brasil em Pauta, produzido pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, em parceria com a EBC Serviços. “Ter uma legislação própria, que respalde as iniciativas, é fundamental agora”, completou.

A ministra destacou ainda a necessidade de um melhor cumprimento, por parte do Judiciário, da Lei Maria da Penha, que pune com maior rigor a violência doméstica contra a mulher.

Ela afirmou que o governo estuda a instalação de delegacias especializadas, núcleos de atendimento e casas abrigo também na zona rural do país.

“Se a situação das mulheres é difícil nos centros urbanos, nos rincões torna-se mais grave. Nem pedir socorro ao vizinho é possível”, destacou. Mas as ações, segundo Iriny, dependem da “boa vontade” de prefeituras e governos estaduais.

Outro tema de relevância apontado pela ministra é a reforma política. De acordo com ela, é preciso ousar para que as mulheres possam disputar eleições em igualdade de condições. A ideia, segundo Iriny, é ampliar não apenas o número de candidatas, mas assegurar um percentual reservado de vagas no Congresso Nacional.

“Também precisamos de mais prefeitas, mais governadoras, não só de deputadas e senadoras”, defendeu.